

IX ENCONTRO DA ABCP | ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
BRASÍLIA | 4-7 DE AGOSTO DE 2014

ÁREA TEMÁTICA:
ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pluralismo ou Dogmatismo? **Os Paradigmas e Métodos Predominantes nas** **Revistas da *American Political Science Association***

Paulo Peres

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Departamento e PPG de Ciência Política

Melina Mörschbacher

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | PPG em Ciência Política

Enzo Lenine Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | PPG em Ciência Política

Resumo

A proposta deste artigo é analisar o perfil das duas principais revistas editadas pela *American Political Science Association* [APSA], a *American Political Science Review* [APSR] e a *Perspectives on Politics* [PoP], com o objetivo de avaliar se esses periódicos têm investido mais no pluralismo ou no dogmatismo científico. Para tanto, classificamos todos os artigos publicados de 1980 até 2012, de acordo com as abordagens metodológicas utilizadas e os paradigmas adotados. Os achados empíricos da análise são surpreendentes, pois mostram que, ao contrário do que afirma a literatura especializada na história da Ciência Política norte-americana, o neo-institucionalismo não é o paradigma hegemônico no mais renomado periódico acadêmico da área, a APSR. Ao contrário, no tocante ao paradigma científico, essa revista tem investido num pluralismo moderado. Não obstante, quando consideradas as duas revistas, observa-se um dogmatismo em relação à metodologia quantitativa. Conforme procuramos argumentar, a APSA adotou uma ambiguidade estratégica diante das rebeliões dos últimos anos contra o dogmatismo metodológico, lançando uma revista [PoP] aberta ao pluralismo metodológico. Assim, enquanto a APSR mantém o dogmatismo dos métodos quantitativos, a PoP, dá espaço às abordagens qualitativas.

Introdução

De acordo com a literatura especializada na evolução histórica da Ciência Política (eg.: Almond, 1990; Dryzek, 2006; Adcock and Bevir, 2005; Easton, 1969; Wahlko, 1978; Marchand Olsen, 2006, 2008; Miller, 1997; Peters, 1999), pelo menos desde meados do século XX, formou-se um consenso teórico-metodológico na comunidade norte-

americana em torno de certos ideais científicos que garantiram a hegemonia de um único paradigma durante determinados períodos. Do ponto de vista epistemológico, essa situação garantiria a prática da *ciência normal* (cf. Kuhn, 2009) no âmbito de uma comunidade acadêmica com elevado grau de dogmatismo quanto aos métodos e às abordagens consideradas modelares para as investigações verdadeiramente científicas. Segundo essa “história oficial”, nos anos 1950 ocorreu uma *revolução científica* na disciplina, resultando na hegemonia do comportamentalismo em substituição ao antigo institucionalismo. Depois, a partir dos anos 1980, o paradigma comportamentalista teria sido superado pelo neo-institucionalismo, que, desde então, converteu-se no *paradigma hegemônico* na Ciência Política contemporânea.

Desse modo, o dogmatismo que privilegiava o comportamentalismo até o final dos anos 1970 teria sido substituído por outro dogmatismo, representado pela hegemonia do paradigma neo-institucionalista, em detrimento, portanto, de qualquer forma de pluralismo teórico-metodológico. Sendo isto verdadeiro, é possível supor que, na *American Political Science Association*, a maior e mais prestigiosa associação profissional de Ciência Política do mundo, formou-se algum consenso majoritário em torno do neo-institucionalismo. Por extensão, é igualmente plausível esperar que a *American Political Science Review* tenha refletido essa evolução em seu perfil editorial, privilegiando, nesse período, a publicação de artigos que estavam de acordo com as diretrizes científicas do neo-institucionalismo.

Já há várias décadas, a *American Political Science Review* [APSR] é uma das mais importantes revistas de sua área de conhecimento. Editada desde 1906 pela APSA, a APSR atua não apenas como um espaço para o debate acadêmico e a publicação de resultados de investigações empíricas e estudos teóricos, mas também como instrumento de sinalização dos ideais científicos a serem seguidos pela comunidade dos pesquisadores. Isso porque, por meio de sua linha editorial e da seleção dos artigos publicados, a revista acaba sinalizando o modelo desejável de pesquisa científica para a Ciência Política, indicando os parâmetros teóricos, epistemológicos e metodológicos que devem ser seguidos por aqueles que quiserem pertencer à “elite” da comunidade acadêmica que se organiza em torno da *American Political Science Association*. Portanto, é plausível supor

que a APSR opera como um dos principais instrumentos de incentivos ao ajuste à normalidade da produção científica idealizado pela APSA.

Justamente por esse caráter de balizamento dos parâmetros dos valores científicos da comunidade, tanto a APSA como a APSR podem ser considerados espaços institucionais de disputa política entre seus membros. Essa competição pode ser mais ou menos acirrada em função do grau de fragmentação de suas subcomunidades de pesquisadores e do grau de suas divergências teóricas e metodológicas. Evidentemente, a existência de um *paradigma hegemônico* demanda elevado nível de consenso entre os cientistas, e tal consenso nem sempre é possível, pois depende do grau de coesão interna de seus membros em relação ao que deve ser entendido como a melhor prática científica. A Ciência Política, por exemplo, assim como as outras Ciências Sociais, é teórica e metodologicamente bastante heterogênea, o que dificulta o estabelecimento incontestável da hegemonia de um único paradigma.

Consequentemente, discordâncias e até dissidências podem levar à formação de outras associações e à edição de outras revistas científicas que privilegiem temas e abordagens de naturezas diversas. Não obstante, nada impede que tais discordâncias e resistências, ao invés de levarem à ruptura de alguns grupos com a comunidade estabelecida, ao contrário, instale uma competição no interior da própria organização pelo controle dos seus meios de produção das ideias científicas a serem seguidos. Com efeito, se for possível a formação de alguma unidade majoritária interna, provavelmente haverá um arranjo institucional mais favorável ao grupo predominante, expresso em suas instâncias acadêmicas na forma de dogmatismo teórico-metodológico. Se, inversamente, os grupos forem muito fragmentados e algum consenso majoritário for inatingível, qualquer associação acadêmica refletirá um arranjo cooperativo, resultando na adoção de certo grau de pluralismo teórico-metodológico numa lógica de “coexistência pacífica” ou de “coabitação”.

No caso da *American Political Science Association*, em princípio, todas essas hipóteses teriam reflexos detectáveis no perfil editorial de suas publicações, na forma de pluralismo ou dogmatismo das abordagens no que se refere aos paradigmas e às metodologias utilizadas pelos pesquisadores. Em realidade, ainda de acordo com a

literatura especializada, a APSA e a APSR acabaram se tornando tão dogmáticas do ponto de vista do ideal científico que provocaram rebeliões no interior da comunidade (Shapiro, Smith and Masoud, 2004; Shapiro, 2004; Sil, 2004; Marsh and Savigny, 2004; Berndtson, 1987). Esse teria sido o caso do movimento Perestroika, cuja “insurgência” fora motivada pela defesa de maior pluralismo teórico-metodológico na Ciência Política norte-americana, uma área profissional dominada institucionalmente pela APSA (Caterino and Schram, 2006^a; Schram, 2006; Flyvberg, 2006; Luke, 2006; Jackson, 2006; Schwartz-Shea, 2006). Em resposta aos “levantes” no interior da comunidade científica, em 2003, a *American Political Science Association* resolveu lançar uma nova revista, a *Perspectives on Politics* [PoP],¹ mais flexível no que se refere ao estilo e plural do ponto de vista teórico-metodológico.²

Sob tal perspectiva, nosso objetivo principal neste trabalho é averiguar se a “versão oficial” da literatura especializada na história da Ciência Política norte-americana encontra corroboração empírica. Ou seja, será que realmente há um *paradigma hegemônico* expresso nas páginas da APSR? Esse *paradigma hegemônico*, caso seja um fato, seria mesmo o neo-institucionalismo? Ou será que, ao contrário, a revista vem investindo em algum pluralismo científico? A criação da *Perspective on Politics*, há dez anos atrás, contemplaria as demandas por pluralismo teórico-metodológico? O que a análise dessas revistas permitiria inferir acerca da atuação estratégica da APSA na promoção de coesão no interior da comunidade acadêmica dos cientistas políticos norte-americanos?

Para responder a tais questões analisamos aqui todas as edições da APSR [de 1980 até 2012] e da PoP [de 2003 até 2012], classificando seus artigos de acordo com o tipo de abordagem metodológica e o paradigma utilizado. Nosso objetivo é delinear o perfil dos artigos publicados nessas revistas para identificarmos a política editorial que a APSA vêm adotando nos últimos 30 anos no que se refere ao grau de pluralismo ou

¹ Além da *American Political Science Review* e da *Perspectives on Politics*, a APSA também edita a *PS: Political Science and Politics*, desde 1968. Essa revista é totalmente dedicada a artigos curtos que trazem reflexões críticas e debates sobre a disciplina. Não consideramos esse periódico em nossa análise porque sua linha editorial não é voltada diretamente ao problema que nos interessa discutir neste trabalho.

² Inclusive, esse periódico passou a acomodar em suas páginas o prestigioso *Presidential Address*—o discurso anual que o presidente da APSA que deixa o cargo endereça à comunidade, geralmente apresentando o “estado geral” da profissão e suas perspectivas futuras.

dogmatismo teórico-metodológico. Como enquadramento teórico, adotamos a abordagem histórico-institucional da ciência desenvolvida por Thomas Kuhn, cuja ênfase recai nos valores da comunidade científica e nas disputas entre grupos que tentam impor seus respectivos paradigmas como ideais a serem seguidos de forma hegemônica.

Como mostraremos, os resultados da análise permitem inferir uma orientação estratégica da APSA que recorre à ambiguidade, combinando pluralismo com dogmatismo. Enquanto a APSR sinaliza certo dogmatismo científico, principalmente em relação aos métodos quantitativos, a PoP se apresenta como um espaço alternativo às publicações científicas da área, abrigando estilos variados e dando maior ênfase aos métodos qualitativos. Desse modo, a APSA garante o dogmatismo dos métodos quantitativos e, ao mesmo tempo, ameniza as tensões internas ao permitir alto grau de pluralismo na PoP. Apresentamos, ainda, um conjunto de dados que, em nosso entendimento, é a maior contribuição deste artigo, pois, com eles, é possível contestar a suposta hegemonia do paradigma neo-institucionalista, pelo menos nas páginas das principais revistas da *American Political Science Association*. Nossa análise mostra que, ao contrário do que afirma a literatura especializada, observamos um pluralismo moderado, representando pela convivência equilibrada do Neo-Institucionalismo com o Comportamentalismo.

Enquadramento Teórico: A Ciência como Prática Comunitária

A prática científica pode ser analisada sob três aspectos: [1] os fundamentos do conhecimento, remetendo aos processos cognitivos do sujeito e suas condições de apreensão dos fenômenos externos; [2] os critérios de validação do conhecimento por meio da utilização de determinado protocolo de investigação, o que implica a análise da lógica da prática científica, seja em termos linguísticos — afirmações substantivas sobre o objeto —, seja em termos metodológicos; e [3] a evolução e sucessão de teorias explicativas de acordo com a concepção que os investigadores possuem acerca do universo de investigação — o que envolve seus valores, seus compromissos, suas disputas e as bases psicológicas e sociológicas de sua comunidade.

No primeiro tipo de análise, encontramos as tradicionais abordagens filosóficas da teoria do conhecimento, cuja tradição, *grosso modo*, podemos dizer que remonta às reflexões platônicas acerca da natureza racional e abstrata do conhecimento “verdadeiro”, passam pelo racionalismo igualmente abstrato de Descartes, pelo empirismo de Locke e o ceticismo de Hume, culminando na “síntese” do racionalismo crítico kantiano. Discutir o conhecimento, nesse caso, era discutir qualquer forma de conhecimento humano, tendo o foco voltado aos processos cognitivos do indivíduo nas relações sujeito/objeto, de modo a se avaliar as condições de certeza acerca da apreensão do mundo exterior pelos sentidos ou pelo intelecto; ou ainda pela interação desses dois fatores.³ No segundo caso, encontramos a ruptura com a teoria do conhecimento e, portanto, com a epistemologia centrada no sujeito que conhece e nas suas condições mentais e cerebrais de apreensão do mundo exterior. Essa ruptura foi provocada pelos positivistas lógicos, de uma parte, e por Popper (1974), de outra. Os positivistas lógicos se concentraram exclusivamente nos processos de conhecimento científico, abandonando a antiga abrangência da teoria do conhecimento, a qual se preocupava com toda e qualquer forma de apreensão do mundo. Cuidaram ainda de afastar a filosofia tanto do campo da prática científica como da própria investigação acerca das condições de justificação do conhecimento. Para isso, sua epistemologia investiu na estratégia de dividir a análise da ciência em duas esferas: o *contexto da descoberta* e o *contexto da justificativa*.

O *contexto da descoberta* consistia na etapa em que as teorias são formuladas, são construídas, desenhadas. Para os positivistas lógicos, essa etapa era muito subjetiva e não cabia ao analista da ciência qualquer investigação lógica sobre esse contexto. Já o contexto da justificativa, sim, era passível de análise objetiva e lógica, além de ser a etapa mais característica da prática científica, pois se tratava do conjunto de critérios de validação das proposições de uma dada teoria sobre o mundo empírico. Somente o conhecimento científico é justificado, ou seja, é confirmado empiricamente. A garantia da verdade de uma proposição científica reside, em primeiro lugar, na consistência lógica

³Discussões aprofundadas sobre tais aspectos e autores podem ser encontradas, por exemplo, em Armstrong (1973), Chisholm (1977) e Audi (1998). Mas, obviamente, há uma lista interminável de estudos dedicados seja à história das teorias sobre o conhecimento ou entendimento humano, seja às teorias epistemológicas de pensadores específicos. Nesse sentido, as consultas à literatura podem ser bastante variadas e extensas, conforme a disponibilidade e o interesse.

dos enunciados de uma teoria, o que demanda uma análise lógica e linguística. Em segundo lugar, a garantia da verdade de uma proposição é sua validade empírica, garantida pela verificação de hipóteses e a formulação de generalizações empíricas probabilísticas.⁴

Mantendo a proposta de separação entre o *contexto da descoberta* e o *contexto da justificativa*, Popper (1974) criticou os positivistas lógicos em relação ao seu desprezo pela filosofia. Segundo ele, embora o *contexto da descoberta* não seja o objeto próprio da epistemologia, ainda assim, ele é algo da mais alta relevância, pois uma teoria científica precisa de ser formulada corretamente no *contexto da descoberta*, e a filosofia poderia contribuir enormemente nessa etapa. Critica também os positivistas lógicos por sua insistência na defesa do método indutivo como o verdadeiro método científico, o que os levou à adesão ao procedimento da verificação de hipóteses e à crença enganosa de que é possível propor alguma lei, mesmo probabilística, definitiva sobre os fenômenos. Para Popper (1974), portanto, não é possível ter a certeza de que uma teoria é cabalmente verdadeira. Segundo sua perspectiva, a ciência deve operar com um método dedutivo, voltado ao teste empírico de teorias até que estas se mostrem resistentes e possam ser corroboradas. A corroboração não significa a validação definitiva, mas apenas que as teorias são provisoriamente verdadeiras, uma vez que ainda não foram falsificadas. Isso significa que a ciência é ou deve ser a prática de falsificação de teorias, e o *contexto da justificativa* é a esfera da formulação dos métodos de falsificação. Estes sim seriam os objetos próprios da epistemologia.⁵

Thomas Kuhn entra nesse debate no momento de surgimento da chamada “nova filosofia da ciência”, que se desenvolveu a partir dos anos 1940, sob a influência da sociologia do conhecimento e da “nova história da ciência” (cf. Pérez Ransanz, 1999; Hoyningen-Huene, 1993). Kuhn (2009) destaca que a prática científica do “mundo real” não tem qualquer relação com a abordagem idealista, formal e lógica das abordagens

⁴ Para um maior aprofundamento na emergência histórica do positivismo lógico, sugerimos a leitura de Giere and Richardson (1997), Kraft (1953), Ayer (1959) e Friedman (1999). Para maiores detalhes dos elementos epistemológicos, indicamos a leitura de Achinstein and Barker (1969), Bergmann (1954) e Mises (1951).

⁵ Para quem quiser maiores detalhes da teoria de Popper, recomendamos a leitura direta das seguintes obras do autor: Popper (1974, 1980, 1999).

tradicionais, essencialmente filosóficas. Segundo a “nova filosofia da ciência”, os cientistas se organizam em comunidades semelhantes a quaisquer outras, e sua coesão se dá em torno de valores comuns e crenças. Nesse sentido, a prática científica não é descrita acuradamente pela análise do *contexto da justificativa*, mas, pelo contrário, pelo *contexto da descoberta*. O mais importante é analisar como as teorias são construídas e aceitas pela comunidade, e como tais teorias promovem uma coesão em torno de valores científicos que passam a ser comuns, e que levam à percepção do mundo de uma forma já pré-determinada por esses mesmos valores. Os cientistas não investigam objetos que estão no mundo, mas constroem os objetos que investigam num mundo que é igualmente criado por eles.⁶ A cosmologia da comunidade define os problemas legítimos a serem investigados, as formas aceitáveis de abordá-los e as soluções válidas. Por isso, é totalmente desnecessária a preocupação exclusiva com os critérios de justificação de teorias, uma vez que a justificação não é neutra, mas sim parte do próprio *contexto da descoberta*. As teorias já antecipam as explicações, pois “criam” os objetos e a metodologia adequada à sua apreensão. Em outras palavras, as teorias não apenas criam os objetos e as hipóteses, mas também as respostas aceitáveis, com seus mecanismos de verificação ou corroboração.

Consequentemente, para Thomas Kuhn, os cientistas não estão preocupados com a falsificação de suas teorias,⁷ mas sim com o aprofundamento da investigação de um universo que eles mesmos criaram, e, desse modo, com a resolução de *puzzles* postos pela própria teoria.⁸ As teorias lhes dão o objeto, os problemas, as perguntas, as hipóteses, a

⁶ Discussões mais aprofundadas sobre a teoria kuhniana podem ser encontradas, por exemplo, em Bird (2000), Fuller (2000), Pérez Ransanz (1999) e Hoyningen-Huene (1993).

⁷ A prática científica, afirma Kuhn (2009, 119), em clara oposição crítica à teoria normativa de Karl Popper, “é e tem de continuar a ser um esforço contínuo para pôr teorias e fatos cada vez mais de acordo, e essa atividade pode facilmente ser considerada como uma atividade de construção de testes ou como uma procura de confirmação ou falsificação. Porém, o seu propósito é, pelo contrário, a resolução de um quebra-cabeças cuja existência depende, ela própria, de se aceitar a validade do paradigma. Se não for encontrada uma solução, apenas o cientista fica desacreditado, não a teoria”.

⁸ “Acompanhar um problema de investigação normal até sua conclusão”, diz Kuhn (2009, 65-67), “é alcançar o que já se antecipa de uma maneira nova, e isso requer soluções para todo o tipo de complexos enigmas, que podem ser instrumentais, conceituais ou matemáticos. Aquele que é nisso bem-sucedido, mostra ser alguém que resolve enigmas de forma competente, e o desafio que o enigma coloca é uma parte importante de sua motivação. (...) Os enigmas representam”, continua o autor, “essa categoria especial de problemas que testam o engenho ou a habilidade para chegar a uma solução. Os exemplos são (...) os *puzzles* e as palavras-cruzadas, e são as características que esses jogos partilham com a ciência normal que há que se destacar. (...) Para ser classificado como um *puzzle*, não basta que um problema tenha solução

metodologia, os dados empíricos pertinentes e as formas aceitáveis de validação. As teorias propõem um jogo de resolução de quebra-cabeças e põem a comunidade a resolvê-los de acordo com as regras e os valores por ela mesma estabelecidos. Os cientistas entram nesse jogo para mostrar suas destrezas e habilidades para resolver esses *puzzles*, cujas soluções já são antecipadas e previstas pela teoria. Esse conjunto de regras e objetivos do jogo, bem como suas modalidades de resolução, estabelecem um padrão de investigação científica que será seguido por todos os membros da comunidade— trata-se, então, de um *paradigma*.

De acordo com Kuhn (2009, 13), “os *paradigmas* são (...) realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante um certo período, fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de especialistas”. A partilha de valores científicos comuns e a crença numa cosmologia que lhes diz o que é o universo, quais são suas entidades fundamentais, como ele “funciona”, quais são os problemas dignos de serem enfrentados, permite à comunidade científica a adesão a uma teoria que estabelece, em conexão com essa cosmologia, os conceitos que melhor descrevem esse universo mesmo—ou a parte mais importante dele—, o objeto central de qualquer investigação, as hipóteses a serem confirmadas e os instrumentos metodológicos a serem utilizados. Persistindo esse consenso em torno de um *paradigma*, ele se torna hegemônico e os pesquisadores passam a se dedicar àquilo que Kuhn (2009, 31, 32) chamou de *ciência normal*, ou seja:

(...) a investigação firmemente baseada numa ou mais realizações científicas passadas; realizações essas que uma certa comunidade científica reconhece por um tempo como base do trabalho que realiza. Essas realizações aparecem descritas em manuais científicos, sejam eles elementares ou avançados (...). Esses manuais expõem o corpo teórico aceito, exemplificam muitas ou todas as suas aplicações bem sucedidas e comparam essas aplicações com observações e experiências científicas exemplares. (...) Exemplos que reúnem leis, teorias, aplicações e instrumentos [que] fornecem modelos que dão lugar a uma determinada tradição de investigação científica coerente.

garantida. Devem também existir regras que limitem seja a natureza das soluções aceitáveis, seja os passos pelos quais elas podem ser obtidas”. Desse modo, “uma das coisas que uma comunidade científica adquire através de um paradigma é um critério para escolher problemas que sejam solucionáveis”.

Essa tradição de pesquisa, por sua vez, evolui historicamente na medida em que é capaz de se reproduzir, ou seja, na medida em que é capaz de recrutar novos membros para a comunidade e treina-los de tal modo que eles passem a comungar da mesma cosmologia e, assim, a operar com o mesmo *paradigma* científico. Pertencer à comunidade é aceitar os valores partilhados, submeter-se à autoridade dos mais “antigos” e respeitados membros do grupo, dominar a mesma linguagem, os ritos, crenças, regras de comportamento, etc. Desse modo, o pertencimento à comunidade científica formada em torno de algum *paradigma* demanda um processo de iniciação; mais propriamente, de socialização. Conforme observa Kuhn (2009, 32):

O estudo dos *paradigmas* (...) é aquilo que prepara fundamentalmente o estudante para se tornar membro da comunidade científica no seio da qual exercerá sua prática. Pelo fato de se associar a pessoas que aprenderam as bases do seu campo de trabalho com os mesmos modelos, a sua prática subsequente dificilmente suscitará discordância aberta sobre questões fundamentais. As pessoas cuja investigação se baseia em *paradigmas* partilhados empenham-se em seguir as mesmas regras e critérios de prática científica.

Além da educação formal dos novos cientistas, outro instrumento, poderíamos dizer, institucional de reforço e reprodução do *paradigma* são os rituais de comunicação dos esforços bem sucedidos na resolução dos *puzzles* postos pelas teorias hegemônicas. Encontros científicos e revistas acadêmicas correspondem precisamente aos espaços formais nos quais a *ciência normal* é apresentada à comunidade e novos exemplos de “bom funcionamento” do *paradigma* são oferecidos, reforçando a confiança dos membros em seus valores científicos. Poderíamos dizer que encontros acadêmicos e publicações são os rituais de reforço do que se considera “sagrado” no âmbito da “consciência coletiva” da comunidade.⁹ O reforço ocorre por meio de três mecanismos: (a) a demonstração às novas gerações da normalidade a ser seguida, (b) a punição tácita aos desvios da normalidade, pela sua ausência nesses “rituais” ou comentários críticos e (c) o regozijo compartilhado de se “comprovar” que os problemas científicos postos pelo

⁹Obviamente, há paralelos entre as concepções de revoluções científicas e competição entre paradigmas, conforme propostos por Thomas Kuhn, e a teoria marxista da luta de classes. Algo ainda não explorado, entretanto, são os paralelos entre sua abordagem e a teoria durkheimiana, especialmente no que se refere aos conceitos de normal, moralidade, comunidade, consciência coletiva e sagrado, elementos que exploramos aqui de forma apenas tangencial.

paradigma hegemônico continuam sendo válidos e satisfatoriamente resolvidos por seus seguidores.

Nesse contexto, as direções das associações científicas, os organizadores dos encontros acadêmicos, os editores das revistas que publicam as pesquisas cumprem a importante função de “guardiões do *paradigma*”. Nada que discrepe dos modelos exemplares de proposição e resolução dos problemas científicos postos pelo *paradigma hegemônico* será aceito facilmente nos encontros e nessas revistas. Nada que implique a “quebra” do consenso ou do protocolo estabelecido será tolerado tranquilamente, pois aquilo que desafia o *paradigma*, desafia a comunidade mesma—desafia sua cosmologia, seu mundo, seu universo, sua própria existência. Por isso, segundo Thomas Kuhn, as *ciências maduras* são ciências que operam com um *paradigma hegemônico* e, portanto, são refratárias à inovação e ao pluralismo. Qualquer mudança só é tolerada quando o *paradigma* está em crise, em decorrência de *anomalias empíricas* que já não podem mais ser desconsideradas ou evitadas.¹⁰ Mas isso não significa apenas a *crise do paradigma*, significa também a crise da própria comunidade que terá que se refazer totalmente em torno de um novo *paradigma*, com vistas a torna-lo hegemônico.

Consequentemente, é possível supor que o predomínio de um *paradigma* pode ser detectado, de maneira aproximativa, por meio da análise dos trabalhos apresentados nos encontros científicos e do perfil editorial das revistas acadêmicas. Lá devem estar expressos o ideal de ciência compartilhado pela comunidade, na forma de problemas investigados, teorias adotadas e metodologias mobilizadas. Seguindo essa orientação analítica, partimos da premissa de que a principal revista acadêmica da área de Ciência Política, a *American Political Science Review*, constitui relevante material empírico para

¹⁰ As *anomalias empíricas* representam violações das expectativas de respostas plausíveis aos *puzzles* postos pelo *paradigma*. Dessa forma, as *anomalias empíricas* desafiam a *ciência normal* e, portanto, enfrentam sérios obstáculos na comunidade. Isso porque “a ciência normal (...) radica no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é constituído o mundo” (idem, 24), e, por isso, “(...) muitas vezes faz vistas grossas às novidades fundamentais, dado que elas subvertem necessariamente suas convicções de base” (idem). Então, “a consciência prévia de uma anomalia”, a emergência gradual e simultânea do reconhecimento dessa anomalia, quer no plano observacional ou conceitual, e a conseqüente mudança das categorias e dos procedimentos do *paradigma*, é frequentemente acompanhada de resistências” (idem, 96). No entanto, “(...) quando um grupo já não consegue iludir as anomalias que subvertem a tradição estabelecida da prática científica, começam as investigações extraordinárias que levam finalmente a comunidade a um novo conjunto de convicções” (idem 25). Assim, “a descoberta começa quando se toma consciência de uma anomalia, ou seja, quando se reconhece que a natureza violou de algum modo as expectativas induzidas pelo *paradigma* que governa a *ciência normal*” (idem, 84).

a detecção da existência ou não de algum *paradigma hegemônico* no âmbito da Associação Norte-Americana de Ciência Política. Por extensão, conduzimos a análise orientados pelo conceito de *paradigma hegemônico* e a respectiva teoria kuhniana acerca das *revoluções científicas*.¹¹

Contudo, é necessário fazer uma importante ponderação. Embora a concepção de ciência de Thomas Kuhn tenha contribuído formidavelmente para explicitar que qualquer ciência está sujeita a valores, ideais e crenças, seu conceito de *ciência normal*, não obstante, aplicar-se-ia apenas às ciências da natureza. Afinal, se a *ciência normal* se desenvolve apenas no âmbito de um *paradigma hegemônico*, e se a competição entre *paradigmas* é uma característica de momentos de crise ou de estágios pré-científicos, então, as Ciências Sociais, caracterizadas justamente pelas disputas, não são e talvez nunca venha a ser *ciências maduras*. Este é um ponto com o qual não concordamos. O problema dessa concepção de *ciência normal* é a fuga que ela promove em relação à abordagem descritiva e sociológica defendida pelo próprio autor, uma vez que esta não retrata tão fielmente nem mesmo as ciências da natureza.

Sem avançar demais em digressões que nos desviarão de nossos objetivos centrais, podemos citar dois exemplos de conflito entre paradigmas nas ciências da natureza. Na Física, mais precisamente na área da Astrofísica, há algum tempo duas teorias ou *paradigmas* opostos estão em disputa pela explicação do surgimento do universo: a teoria tradicional do Big-Bang e a Teoria das Cordas ou Supercordas.¹² Na Biologia, no campo da evolução, estão em disputa teorias genéticas clássicas, centradas apenas no gene, e teorias hereditárias mais amplas, oriundas da Biologia Molecular, que abrangem variáveis culturais e, inclusive, seus impactos nos próprios genes, no longo prazo.¹³

¹¹Esse tipo abordagem, é importante ressaltar, já vem sendo utilizada nos estudos sobre a história da Ciência Política desde os anos 1960, embora com propósitos diversos (eg. Truman, 1965; Ball, 1976; Polsby, 1998).

¹²Esta é uma teoria que aposta em múltiplos universos e na possibilidade de produzir uma “teoria de tudo”, capaz de unificar, em termos explicativos, as forças físicas conhecidas. Confira maiores detalhes nas seguintes obras introdutórias ao tema: Greene (2003), Polchinski (1998) e Davies and Brown (1992).

¹³Uma ótima discussão sobre esse debate pode ser encontrada em Jablonka and Lamb (2005). Para uma discussão mais aprofundada acerca da hereditariedade para além dos genes, indicamos a leitura de Richard (2011) e de Carey (2012); e sobre a influência do meio ambiente sobre os genes, sugerimos a discussão recente de Richard (2012).

Kuhn (2009) desconsidera ainda que, mesmo no caso de haver um *paradigma hegemônico*, o conflito não será de todo anulado, pois podem surgir disputas entre abordagens explicativas que se abrigam no interior de um mesmo *paradigma*—a cosmologia pode ser a mesma, mas as teorias e a metodologia podem ser fontes de controvérsias. Nesse caso, podemos mencionar um exemplo retirado da Ciência Política, uma disciplina que, nos últimos vinte ou trinta anos se caracteriza pela entre abordagens neo-institucionalistas diversas. Todas elas surgiram a partir de um ponto de convergência, qual seja, a de que as instituições são as variáveis explicativas mais importantes do fenômeno político (Hall and Taylor, 1996; Kato, 1996; Norgaarde, 1996; Immergut, 1998; Peters, 1999), mas evoluíram para tipos que se diferenciam com base na identificação de quais seriam as instituições mais importantes na análise —se sociais, econômicas ou políticas, se formais ou informais. Diferenciam-se também em relação à metodologia mais adequada —se histórica, qualitativa, matemática, estatística, etc.] e à enfoque epistemológico mais acurado [se individualismo metodológico, estruturalismo, análise sistêmica, etc. Esses pontos são grandes divisores de grupos e modalidades de análises concorrentes e, em grande medida, inconciliáveis, no âmbito do neo-institucionalismo.

Queremos dizer com tudo isso que o modelo teórico de Thomas Kuhn apresenta, ele mesmo, certas *anomalias empíricas*. Elas não invalidam o essencial de sua proposta teórica, mas demandam ajustes. Esses ajustes consistem fundamentalmente em aceitar que a *ciência normal* abriga tanto conflitos como consensos. Há *conflito dentro do consenso*, como no caso em que há disputas entre escolas ou abordagens que compartilham do mesmo *paradigma*; e também há *consenso dentro do conflito* quando dois ou mais *paradigmas* são acomodados no âmbito da mesma comunidade, uma vez que são produzidos certos acordos de convivência visando ao bem maior de todos: a existência e a sobrevivência da comunidade profissional. Essa perspectiva descreve de forma mais acurada a prática científica de todas as disciplinas, sejam das Ciências Naturais ou das Ciências Sociais. Em realidade, nas Ciências Sociais a *ciência normal* é precisamente a atividade de disputas entre *paradigmas*, por um lado, e, por outro, de competição entre escolas e tipos de abordagem no âmbito de um mesmo *paradigma*. A evolução dessas disputas pode induzir os atores a certas estratégias de cooperação,

objetivando a redução ou a superação do conflito em prol da comunidade. Tais estratégias cooperativas, por sua vez, deverão ser expressas nos desenhos institucionais adotados pelas associações e nos perfis editoriais de suas revistas.

De acordo com o grau interno de fragmentação desses grupos, podemos encontrar quatro tipos de dinâmica de cooperação, conforme ilustrado no Quadro I. Cada dinâmica implicará determinadas estratégias institucionais para a redução do conflito em favor de algum grau de cooperação, pois disso depende a coesão da comunidade científica. No primeiro caso [Tipo 1], quando houver baixa fragmentação com predomínio de um grupo majoritário, possivelmente ocorrerão conflitos de baixo impacto, sem maiores consequências, já que persistirá o predomínio inabalável da “vontade da maioria”. Em decorrência disso, poderemos esperar maior dogmatismo institucional, evidenciado pela hegemonia de algum *paradigma* ou de uma metodologia específica nas revistas, livros e encontros científicos.

Quadro 1. Tipos de Conflito/Cooperação Comunitárias em Função do Grau de Fragmentação e da Existência de Grupo Majoritário

		Grupo Majoritário	
		Sim	Não
Fragmentação	Baixa	Tipo 1	Tipo 3
	Alta	Tipo 2	Tipo 4

No caso do Tipo 2, combinando alta fragmentação com predomínio de um grupo majoritário, é provável que a “autoridade” seja exercida com pouca margem quantitativa de apoio, ou, em outras palavras, que seja circunscrita à maioria absoluta pouco acima dos 50% dos membros, ou então à maioria relativa. Em circunstâncias de maioria absoluta “apertada”, poderemos esperar conflitos de alto impacto, pois a prevalência da “vontade da maioria” será sempre ameaçada por pequenas mudanças ou defecções. Em casos de fragmentação com maioria relativa, também poderemos encontrar conflitos de alto impacto, mas com maior dificuldade para o predomínio de qualquer grupo, uma vez que essa dominância dependerá de coalizões. Em ambas as situações, haverá fortes incentivos

para estratégias de acordos entre os grupos para a formação de alguma coalizão majoritária—quando houver maioria absoluta, os incentivos serão menores; quando houver maioria relativa, os incentivos serão bastante fortes.

Dinâmicas semelhantes serão encontradas nos Tipos 3 e 4. Sem grupo majoritário, com alta ou baixa fragmentação, somente haverá duas estratégias de cooperação para a manutenção de algum grau de coesão comunitária: (a) coalizão para formar um grupo majoritário ou (b) “convivência pacífica” e negociada entre grupos diferentes. Nesse caso, se dois ou três grupos tiverem poder equivalente, estes tenderão a buscar uma “coabitação” favorável aos seus ideais científicos, em detrimento dos outros grupos minoritários que porventura existirem nesse ambiente.

Em suma, a coesão da comunidade científica depende de três tipos de estratégias de cooperação: (1) imposição do grupo majoritário, sem negociação, (2) formação de um grupo majoritário por coalizão e (3) alguma forma de coexistência tolerada e acordada entre grupos com poder de veto equivalente. Nesse sentido, quando predomina um grupo majoritário [estratégia 1] ou quando se forma uma coalizão majoritária entre grupos [estratégia 2], podemos esperar maior dogmatismo científico. Contudo, na situação de coalizão, é possível encontrar algum grau reduzido de pluralismo, uma vez que, para que as coalizões sejam viáveis, os grupos recorrerão a acordos que implicam determinadas concessões favoráveis aos seus vieses analíticos, mesmo que sejam opostos ou até antagônicos.¹⁴

De outro modo, se o grau de fragmentação for tão elevado que mesmo uma coalizão entre grupos com ideais científicos mais próximos não produzir uma maioria absoluta confortável, ou no caso em que as coalizões forem dificultadas em virtude das distâncias dos valores científicos de cada grupo, teremos uma estratégia de cooperação sem coalizão, mas de convivência compartilhada [estratégia 3]. Nessa situação provavelmente haverá maior pluralismo teórico-metodológico porque, embora as alianças sejam impraticáveis, o conflito é ruim para todos, o que significa dizer que a cooperação

¹⁴Por exemplo, se pesquisadores adeptos da Teoria da Escolha Racional se aliarem aos adeptos do Institucionalismo Histórico, julgando que suas abordagens institucionalistas são mais próximas do ideal científico do que as abordagens comportamentalistas, podemos esperar um perfil editorial que favoreça artigos com aqueles dois vieses analíticos.

como um “acordo de cavalheiros” é a melhor estratégia para a comunidade manter-se intacta. Esse pluralismo poderá variar de um grau mais moderado até um mais elevado em função da quantidade de grupos com poder equivalente nessa condição de “coexistência pacífica”. Desse modo, tanto a estratégia 2 como a 3 podem resultar em pluralismo moderado, com a diferença de que as coalizões demandam uma maior proximidade teórica ou epistemológica entre os grupos do que a situação de “coabitação” entre grupos dominantes.¹⁵

Considerando essas estratégias deduzidas desse modelo heurístico, é possível supor que a demarcação dos perfis editoriais da APSR e da PoP envolvem disputas políticas entre as diversas subcomunidades da *American Political Science Association*. A menos que exista um grupo majoritário de cientistas que partilhem dos mesmos ideais de ciência e, por isso, sejam capazes de dominar a organização e estabelecer o perfil editorial das revistas, devemos esperar algum tipo de conflito entre grupos divergentes e, por extensão, alguma forma de acordo de cooperação que possa superar esse conflito sem rupturas internas. Seguindo essa perspectiva, a estratégia analítica que adotamos neste trabalho parte do pressuposto de que os perfis das publicações dessas revistas podem ser tomados como indicadores aproximados do grau interno de fragmentação da APSA. Sendo assim, se houver o predomínio intransponível de uma visão majoritária acerca do que deve ser a ciência da política, teremos uma frequência bastante elevada de artigos que refletem um único ideal científico; se, ao contrário, encontrarmos algum grau de pluralismo, poderemos supor que existe uma estratégia cooperativa entre grupos com valores científicos diferentes, seja na forma de coalizão ou de “convivência pacífica”.

Metodologia

¹⁵Por exemplo, pode haver uma coalizão entre diferentes escolas do Neo-Institucionalismo, garantindo a hegemonia do paradigma com certo grau de pluralismo no que se refere às abordagens, envolvendo a unidade de análise, o tipo de instituição privilegiada e a metodologia utilizada. Também é possível haver uma coalizão entre paradigmas diferentes no que se refere a algum aspecto metodológico, apesar das diferenças epistemológicas e teóricas. Comportamentalistas e neo-institucionalistas podem, por exemplo, fazer uma coalizão em torno da metodologia quantitativa, apesar de discordarem com relação ao tipo de análise a ser adotada e até à cosmologia do fenômeno político. Quando há “coexistência pacífica” pura, não há convergência de qualquer tipo, mas sim a aceitação da legitimidade do espaço científico de cada grupo, como uma fronteira a ser respeitada para que a comunidade como um todo possa se manter com algum grau de coesão. Nesse caso, o bem maior é a comunidade em si e o preço a pagar por ela é a aceitação do pluralismo.

Os dados analisados a seguir correspondem a uma classificação de 1322 artigos da *American Political Science Review*(APSR), abarcando todas as publicações de 1980 até 2012, e de 191 artigos da *Perspectives on Politics*(PoP), desde seu primeironúmero, em 2003, até seu volume de 2012. Vale ressaltar que foram considerados apenas os artigos, excluindo-se textos de outra natureza, como, por exemplo, notas editoriais, informativos da associação, revisão de livros, simpósios e relatos das reuniões da APSA. Esse recorte visou à concentração da análise apenas no material relacionado diretamente com a produção do conhecimento na disciplina por meio de pesquisas e discussões teóricas e/ou metodológicas.

A classificação do material empírico baseou-se em dois macro-critérios, quais sejam,(a) o tipo de *paradigma* adotado e (b) *o método* utilizado. Criamos também diferentes subcategorias para abranger a diversidade de abordagens e técnicas de pesquisa de ambas as revistas. Com relação a *o método*, identificamos as seguintes subcategorias: Análise Teórica, Modelo Estatístico, Modelo Matemático, Análise de Texto, Teoria dos Jogos, *Survey*, Quase-Experimento, Entrevista, Método Comparado, Estudo de Caso e Análise Histórica. No tange ao *paradigma*, seguindo as classificações canônicas da literatura especializada na história e metodologia da Ciência Política, adotando as estassubcategorias: □Neo-Institucionalismo e Comportamentalismo. No caso do Neo-Institucionalismo, fizemos sua subdivisão em três tipos de abordagem, a Histórica, a Sociológica e a Racionalista. No que se refere ao Comportamentalismo, as subdivisões foram nos tipos Indutivo [análises de cultura política, análise de sistemas, comportamento eleitoral sob o viés sóciopsicológico] e Dedutivo [Teoria da Escolha Racional ortodoxa].Aqui é importante deixar mais claro o que chamamos de Teoria da Escolha Racional Ortodoxa em contraposição ao que denominamos de Teoria da Escolha Racional Heterodoxa, bem como o porquê da primeira ser considerada um tipo de abordagem dedutiva do Comportamentalismo e a segunda um tipo de abordagem dedutiva do Neo-Institucionalismo.

Entendemos que a Teoria da Escolha Racional, em sua versão inicial, a qual identificamos como ortodoxa, considerava as decisões individuais apenas no mesmo nível, ou seja individual; e isso no caso tanto das escolhas como dos resultados. Depois da

retomada do paradoxo das decisões coletivas, conforme discutido por Arrow (1951), ficou claro que as decisões políticas, diferentemente das decisões de mercado, não podiam ser concebidas como tomadas de decisão individuais sem que levasse em consideração os constrangimentos institucionais e os mecanismos sociais de agregação da racionalidade individual em resultados coletivos. Mostrando que as decisões políticas são decisões coletivas, o teorema de Arrow (1951) trouxe à tona o fato de que, na esfera pública, as decisões individuais devem ser agregadas de forma a constituírem uma vontade majoritária. A partir disso, foi possível deduzir que decisões racionais do ponto de vista individual não produzem resultados racionais do ponto de vista coletivo, a menos que sejam considerados os efeitos das regras institucionais que presidem o processo decisório, uma vez que tais regras são capazes de trazer a racionalidade às decisões políticas.

Essa mudança de perspectiva manteve o foco no individualismo metodológico, mas possibilitou a reconsideração da importância das instituições políticas na agregação das decisões individuais e na mudança de comportamento dos atores em favor de ações estratégicas. Essa nova versão da Teoria da Escolha Racional é a que chamamos de heterodoxa, e se refere à contribuição introduzida por Riker (1980, 1990, 1997) na Ciência Política, sob a denominação de Teoria da Escolha Social. Desse modo, a Teoria da Escolha Racional heterodoxa é neo-institucionalista e tem como característica distintiva em relação à versão ortodoxa, que é comportamentalista, a consideração dos mecanismos de agregação das decisões individuais em resultados coletivos. A versão ortodoxa, muitas vezes, faz referência às restrições exógenas, como o Estado, a burocracia, etc., mas não considera os mecanismos institucionais de agregação das decisões individuais em resultados coletivos.

Finalmente, incluímos outras abordagens que não se enquadram em nenhum dos dois *paradigmas* canônicos; estas são, nomeadamente, Teoria Política e Metodologia. Cumpre-nos observar, ainda, que uma parte dos artigos de Teoria Política até poderiam ser enquadrados no *paradigma* do Antigo Institucionalismo, mas preferimos manter a classificação genérica “Teoria Política”, em virtude de sua baixa frequência em termos comparativos. Nos Quadros 2, 3 e 4 são detalhadas as categorias e subcategorias analíticas,

bem como sua operacionalização.

Quadro 2. Operacionalização das Categorias quanto ao Método Utilizado nos Artigos Publicados na APSR e na PoP

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise teórica [Qualitativa]: engloba as pesquisas sobre filosofia política (clássica, moderna e contemporânea), teoria política normativa, teoria política positiva, teoria das Relações Internacionais, epistemologia e metodologia.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo Estatístico [Quantitativo]: abarca todos os modelos estatísticos possíveis, desde simples porcentagens até regressões multivariadas. <i>Survey</i> também estão inclusos, mas a contagem de pesquisas com esta técnica específica foi desagregada para fins de subcategorização.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Survey [Quantitativo]: inclui as pesquisas que utilizaram levantamento por entrevistas fechadas aplicadas a amostras de populações.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo Matemático [Quantitativo]: abarca os modelos baseados em cálculo integral, equações diferenciais, álgebra linear, geometria euclidiana e não-euclidiana. Teoria dos jogos também está inclusa, mas sua contagem foi desagregada para fins de subcategorização.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teoria dos Jogos [Quantitativa]: abrange as teorias formais de relações interativas, nas modalidades de jogos tanto cooperativos como conflituosos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de Texto [Qualitativa]: engloba análise de conteúdo, discursos e análise documental.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Experimentos em Laboratório [Quantitativos/Qualitativos]: pesquisas que levaram pessoas para laboratórios ou para centros em que se podia utilizar um método quase-experimental.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas [Qualitativas]: informações levantadas por meio de questionários abertos ou outras técnicas qualitativas envolvendo a interlocução com atores centrais ao estudo.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Método Comparado [Quantitativo/Qualitativo]: utilizado sempre em combinação com outras técnicas, principalmente com os modelos estatísticos, já que era nesta forma que mais constantemente aparecia.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo de Caso [Qualitativo]: estudos em profundidade de um caso específico, mesmo envolvendo técnicas de levantamento de informação mistas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise Histórica [Qualitativa]: abarca as pesquisas que se valeram de alguma análise de relações de causalidade histórica, como narrativas históricas e evolução cultural ou institucional.

Quadro 3. Operacionalização das Categorias e Subcategorias quanto ao Paradigma Utilizado nos Artigos Publicados na APSR e na PoP

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Paradigma Neo-institucionalista
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisas que priorizam como variáveis explicativas as regras ou instituições políticas como condicionantes do comportamento estratégico ou habitual dos atores políticos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Subdivisões do Neo-Institucionalismo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institucionalismo da Escolha Racional ou Institucionalismo Racionalista [IR]: Recorre à Teoria da Escolha Social ou Escolha Pública [versão heterodoxa da <i>RationalChoiceTheory</i>] para enfatizar o comportamento estratégico dos atores em face das regras institucionais de tomada de decisão.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institucionalismo Sociológico [IS]: Categoriza as pesquisas que utilizam alguma teoria organizacional e variáveis sociológicas, como as instituições sociais ou os aparelhos de Estado e a burocracia para

explicar o comportamento dos atores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institucionalismo Histórico [IH]: Pesquisas que procuram analisar as mudanças institucionais em face dos interesses dos atores, destacando as influências recíprocas entre as instituições e o comportamento no processo de construção institucional.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Paradigma Comportamentalista
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisas que focam as dimensões comportamentais da política, tomando o comportamento como variável a explicar os fenômenos políticos a partir da influência de instituições sociais e ou das preferências individuais.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Subdivisões do Comportamentalismo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamentalismo Indutivo: Dá ênfase às agências de socialização, aos grupos de interesse e ao sistema político, realizando análises comparadas da cultura política, do desenvolvimento político e da modernização. Utiliza modelos estatísticos probabilísticos, com base em dados amostrais, buscando a proposição de generalizações empíricas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamentalismo dedutivo: Utiliza matemática e teorização formal para modelar, de maneira dedutiva, as escolhas possíveis que atores racionais devem fazer em face de certas restrições exógenas com a finalidade de maximizar seu auto-interesse. Seu procedimento é dedutivo e se busca o teste de hipóteses derivadas de teoremas simples acerca das motivações básicas dos indivíduos. Sua lógica é crítica às inferências probabilísticas, em favor da detecção determinista de relações causais necessárias e suficientes. Sua premissa epistêmica é a do individualismo metodológico.¹⁶

Quadro 4. Operacionalização das Categorias quanto a outras Abordagens Utilizadas nos Artigos Publicados na APSR e na PoP

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teoria Política: Inclui análises da história do pensamento político, análise estrutural de teorias de outros autores, discussões filosóficas, teoria das relações internacionais e história da Ciência Política.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metodologia: Abrange as discussões epistemológicas e de método, tanto qualitativo como quantitativo.

Análise das Revistas: Paradigmas e Métodos Adotados

As publicações são analisadas em dois blocos. No primeiro, consideramos os métodos utilizados; no segundo, avaliamos os paradigmas adotados. Nossa intenção é checar se há o predomínio de algum método ou paradigma nos perfis editorial da *American Political Science Review* e da *Perspectives on Politics*. Com isso, pretendemos conferir se estão corretas as alegações da literatura sobre a história da Ciência Política norte-americana,

¹⁶Trata-se aqui da versão ortodoxa da Teoria da Escolha Racional, cuja preocupação central é a escolha que os atores fazem individualmente, sem levar em consideração os resultados coletivos da agregação das escolhas individuais e os arranjos institucionais responsáveis pela agregação e a estabilidade das decisões. Confira nota anterior.

que defende que o neo-institucionalismo é o *paradigma hegemônico* na disciplina desde os anos 1980 (cf. Almond, 1990; Dryzek, 2006; Adcock and Bevir, 2005; Easton, 1969; Wahlko, 1978; Marchand Olsen, 2006, 2008; Miller, 1997; Peters, 1999). Pretendemos conferir também se procedem as críticas recentes de parte da literatura identificada com o movimento da Perestroika, acerca de uma suposta “ditadura do método” na área, em detrimento do pluralismo científico (cf. Caterino and Schram, 2006^b).

Começamos pela análise dos métodos utilizados nos artigos publicados na *American Political Science Review*. Como se pode perceber na Tabela 1, houve um largo predomínio de Análises Teóricas e Modelos Matemáticos ao longo de todo o período considerado. Ocorreram dois picos no uso de Modelos Estatísticos, em 1995-1999 e em 2010-2012, embora neste último caso apenas três anos foram contabilizados, o que pode ter inflado a proporção.

Tabela 1. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na *American Political Science Review*, de acordo com o Método Utilizado, [1980-2012]

Método	1980-84	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2012
Análise teórica	28,97	19,25	31,79	26,09	27,47	29,81	22,22
Modelo estatístico	29,91	26,29	33,85	40,22	40,11	32,21	51,59
Modelo matemático	9,81	15,49	10,26	13,59	11,54	9,62	11,11
Modelo matemático-estatístico	9,81	12,68	5,64	4,35	5,49	4,33	2,38
Survey	9,81	9,86	6,15	4,35	3,85	4,33	4,76
Teoria dos Jogos	1,87	8,45	7,69	4,35	1,10	4,33	0,79
Análise histórica	2,34	2,35	2,05	1,63	1,10	0,96	0,00
Estudo de caso	1,87	0,94	0,51	0,00	3,30	2,40	0,00
Análise de textos	1,87	0,00	0,51	0,00	2,75	6,25	2,38
Entrevistas	1,40	0,47	1,03	0,00	1,65	0,48	0,79
Quase-Experimento	0,93	0,47	0,51	1,09	0,55	2,88	1,59
Observação participante	0,00	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,79
Não se Aplica	1,40	3,29	0,00	4,35	1,10	2,40	1,59

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados na *American Political Science Review*

Destaca-se também um segundo grupo de metodologias, todas quantitativas: Modelo Matemático, Modelo Matemático-Estatístico e *Survey*. Já as técnicas de caráter qualitativo aparecem com uma frequência bastante reduzida, e o destaque negativo nesse caso é a utilização extremamente rara da Observação Participante, um método geralmente identificado com estudos antropológicos e, em algum grau, com certos estudos

sociológicos.

Quando aplicada à revista *Perspective onPolitics*, a mesma classificação aponta para uma situação oposta, conforme mostram os dados dispostos na Tabela 2. Podemos observar que os métodos predominantes são qualitativos e se concentram nas técnicas de Análise Teórica e Análise Histórica. Juntos, esses dois métodos apresentam uma frequência que ultrapassa 70% em ambos os períodos. Outras técnicas qualitativas, como Entrevistas Abertas e Análise de Texto apresentam frequências ínfimas. Além disso, assim como ocorre na APSR, a Observação Participante é usada muito raramente nos artigos publicados na PoP. Por outro lado, embora apareçam em terceiro lugar no *ranking* da tabela, análises com Modelos Estatísticos apresentam proporções sensivelmente reduzidas se comparadas com as dos métodos qualitativos. Não obstante, é preciso ressaltar que o uso de Modelos Estatísticos teve sua proporção dobrada do primeiro para o segundo período, enquanto as Análises Teóricas e Análises Históricas tiveram uma queda que não é desprezível.

Tabela 2. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na *Perspective onPolitics*, de Acordo com o Método Utilizado, [2003-2012]

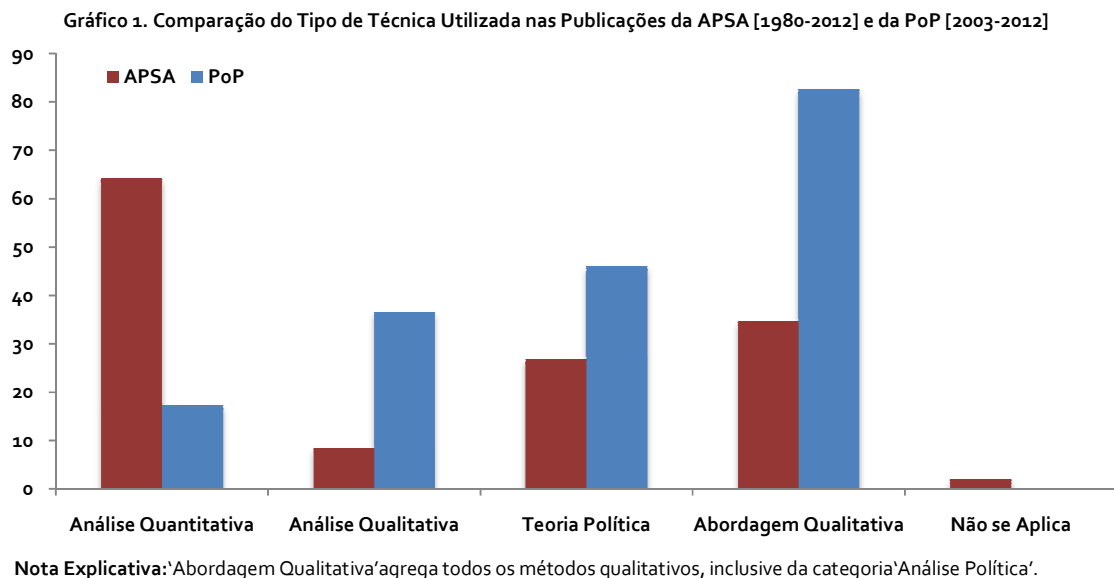
Método	2003-2008	2008-2012
Análise Teórica	50,53%	41,67%
Análise Histórica	34,74%	30,21%
Modelo estatístico	10,53%	21,88%
Entrevistas	0,00%	4,17%
Observação participante	0,00%	2,08%
Teoria dos jogos	2,11%	0,00%
Análise de texto	2,11%	0,00%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados na *Perspective onPolitics*

De qualquer forma, os dados relativos aos métodos utilizados mostram dois padrões bastante claros. Em primeiro lugar, quando consideramos artigos com orientação não-empírica, ou seja, aqueles classificados como Análise Teórica, encontramos um ponto de convergência em ambas as revistas. Nas duas há uma proporção importante de artigos com esse tipo de enfoque. Ou seja, as Análises Teóricas têm espaço garantido nesses periódicos científicos e ficam com um volume considerável de suas páginas, principalmente na PoP, onde esse tipo de artigo ocupa mais de 40% de seus números. O

segundo padrão refere-se aos artigos de orientação empírica. Nesse caso, é possível perceber uma divisão, aparentemente ambígua, nos perfis editoriais das duas revistas: enquanto a APSR tem uma orientação quantitativa bastante pronunciada, a PoP, ao contrário, investe num perfil mais qualitativo.

Para explicitar melhor essa orientação díspar quanto ao teor metodológico, apresentamos no Gráfico 1 os mesmos dados agrupados de acordo com a técnica, se qualitativa ou quantitativa. Recategorizados dessa forma, os artigos evidenciam ainda mais claramente essa orientação editorial aparentemente ambígua da *American Political Science Association*, responsável pelos dois periódicos. Cerca de 64% dos artigos publicados na APSR utilizaram algum método quantitativo, o que na PoP representou em torno de 17%. Por sua vez, artigos de análise empírica qualitativa foram publicados cerca de três vezes mais na PoP em comparação com a APSR.



Quando juntamos as Análises Teóricas aos estudos empíricos qualitativos, representados pela categoria “Abordagem Qualitativa” [na penúltima dupla de colunas do Gráfico 1], esse viés se mostra ainda mais demarcado. Como se pode notar, quando agregadas todas as abordagens qualitativas, inclusive as teóricas, a predominância de artigos com esse perfil na PoP é incontestável: ao todo, a revista destina quase 90% de seu espaço para artigos com abordagens qualitativas. Na APSR, esse tipo de abordagem

representa menos de 40%, mesmo quando se agregam os artigos de Análise Teórica, que contam com considerável incidência nessa revista.

Vejamos agora os dados referentes aos paradigmas, dispostos na Tabela 3. Inicialmente, devemos observar que tivemos que incluir na análise algumas categorias que, pelo teor dos temas tratados nos artigos, discrepam da classificação principal aqui adotada, qual seja, o Comportamentalismo e Neo-Institucionalismo. Esse foi o caso de análises ou reflexões normativas concentradas em autores, teorias, pensamento político, entre outros problemas de natureza lógica. Sendo essencialmente teóricos, tais artigos não tinham como preocupação central a explicação empírica do comportamento dos atores e, portanto, não recorreram a variáveis nem comportamentais [instituições sociais, agências de socialização, etc.] e nem político-institucionais [regras de decisão coletiva, desenhos constitucionais, etc.]. Conseqüentemente, não puderam ser enquadrados em qualquer *paradigma* identificado pela literatura histórica sobre a evolução da Ciência Política. Inclusive, a própria literatura histórica sobre a disciplina tampouco pode ser enquadrada em algum *paradigma*, assim como discussões de caráter metodológico.

Em decorrência disso, além dos dois paradigmas canônicos, incluímos estas outras categorias classificatórias: Teoria Política, História da Ciência Política, Metodologia e Abordagens Híbridas. Neste último caso, tivemos que adotar essa categoria porque encontramos alguns poucos artigos que procuraram seguir, de forma híbrida, os paradigmas comportamentalista e neo-institucionalista. Finalmente, encontramos uma pequena proporção de artigos cuja classificação se mostrou bastante difícil, pois não ficava muito clara a orientação teórica seguida. Para esses poucos casos, utilizamos a categoria “não se aplica”.

De partida, salta aos olhos uma informação que se choca com o conhecimento convencional que se firmou na disciplina nos últimos anos. Ao contrário do que afirma a literatura especializada, o Neo-Institucionalismo não é o *paradigma hegemônico* na Ciência Política desde os anos 1980, quando supostamente o Comportamentalismo teria perdido seu predomínio. Tampouco há a predominância de um único *paradigma*. Os dados mostram que, pelo menos nas páginas da principal revista da mais importante associação de cientistas políticos do mundo, convivem dois paradigmas com importância

equivalente: o comportamentalismo e o neo-institucionalismo. Deve ser destacada também a elevada proporção de publicações de Teoria Política. Embora não se vincule a um *paradigma* específico, as abordagens de Teoria Política, em alguns períodos, chegam a empatar ou até a superar as proporções dos paradigmas comportamentalista e neo-institucionalista. Isso significa que até poderíamos concluir que três paradigmas coexistem com equivalente grau de importância na *American Political Science Review*.

Tabela 3. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na *American Political Science Review*, de acordo com o Paradigma Adotado [2003-2012]

Paradigmas	1980-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2012
Comportamentalismo	32,24	36,15	31,79	27,17	23,63	25,96	31,75
Neo-Institucionalismo	35,05	39,44	31,79	37,50	39,56	27,88	31,75
Teoria Política	23,83	17,37	31,79	30,98	26,37	24,04	23,02
História da CP	1,40	0,94	1,03	0,00	0,00	12,50	0,00
Metodologia	1,40	0,47	0,00	0,00	2,75	0,96	0,79
Híbrido	0,47	0,00	0,00	0,54	0,00	0,48	0,00
Não identificado	5,61	5,63	3,59	3,80	7,69	8,17	12,70

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados na *American Political Science Review*

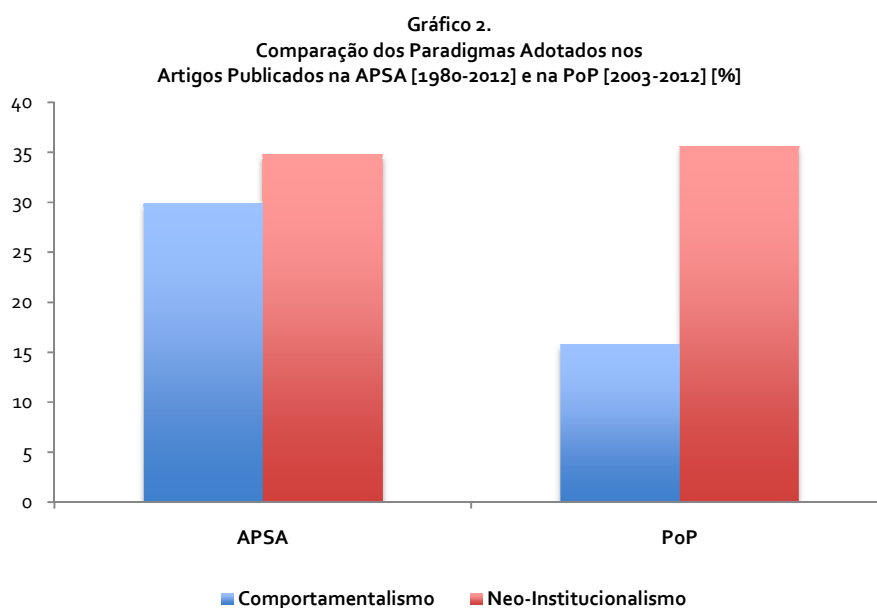
Na *Perspectives on Politics*, conforme mostra a Tabela 4, a proporção de artigos de Teoria Política é ainda mais expressiva, ultrapassando o montante de artigos comportamentalistas e neo-institucionalistas, ocupando assim a primeira posição dentre os paradigmas representados nesse periódico. Com relação aos paradigmas canônicos, a PoP dá maior espaço ao Neo-Institucionalismo, que aparece com grande vantagem em relação ao Comportamentalismo.

Tabela 4. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na *Perspectives on Politics*, de acordo com o Paradigma Adotado [2003-2012]

Paradigmas	2003-2007	2008-2012
Comportamentalismo	14,74%	16,67%
Neo-Institucionalismo	34,74%	36,46%
Teoria Política	35,79%	37,50%
Metodologia	7,37%	3,13%
Híbrido	4,21%	3,13%
Não identificado	3,16%	3,13%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados na *Perspectives on Politics*

No confronto entre os dois paradigmas mais reconhecidos pela literatura, o Neo-Institucionalismo leva clara vantagem em relação ao Comportamentalismo em ambas as revistas, especialmente na PoP. Mas, conforme mostram os dados do Gráfico 2, essa vantagem não é tão distanciada a ponto de podermos afirmar que há um *paradigma hegemônico* no perfil editorial dessa revista. Em realidade, há uma proporção importante de artigos comportamentalista na PoP, e, além disso, há ainda a prevalência numérica de publicações de Teoria Política, como mostraram os dados da Tabela 4. Isso quer dizer que, assim como foi o caso da APSR, ao invés de um *paradigma hegemônico*, o que encontramos na *Perspectives on Politics* é uma convivência de paradigmas.



Fonte: Elaborado pelos autores

Para encerrar a análise, apresentamos, no Quadro 5, os dados sobre a relação entre os métodos e os paradigmas adotados a partir do índice de equivalência [IEq].¹⁷ Com isso,

¹⁷IEq = A – B, sendo A o maior valor proporcional em relação a B nos termos comparativos, considerados sempre em dupla. Desse modo, quanto mais similares forem as proporções obtidas pelos termos comparativos, mais próximo de zero será o valor do índice. Se dois termos tiverem os valores respectivos de 10% e 12%, então, IEq = 12 – 10, resultando em 2, ou seja, há bastante equivalência nas proporções. Se, pelo contrário, os valores respectivos forem, por exemplo, 10% e 40%, teremos um resultado igual a 30, mostrando equivalência muito baixa entre os dois valores.

poderemos avaliar melhor a desproporção na utilização de métodos e paradigmas, conforme o caso, a partir da análise do tamanho da diferença entre pares de valores. Como é possível perceber, enquanto a APSR dá ênfase muito maior à publicação de artigos com métodos quantitativos, a PoP dá destaque aos artigos com métodos qualitativos. Desse modo, cada revista privilegia um *método*, embora o peso dado pela APSR à sua metodologia preferida seja comparativamente bem maior. Por outro lado, quando agregamos as análises de Teoria Política aos métodos qualitativos, a ênfase se inverte, pois, em comparação com a APSR, a PoP dá grande peso aos artigos de Análise Teórica. Quando consideramos a orientação da análise dos artigos, se empírica ou teórica, encontramos um maior equilíbrio na PoP, que destina espaço bastante semelhante aos dois tipos de abordagem; já a APSR mostra uma preferência extremamente demarcada pelos artigos de escopo empírico.

Quadro 5. Índice de Equivalência na Relação entre Métodos e Paradigmas nos Artigos Publicados na APSA [1980-2012] e na PoP [2003-2012]

American Political Science Review	Relação [Método]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Quantitativo ↔ Qualitativo	57,18	Artigos Quantitativos
	Quantitativo ↔ Qualitativo + Teoria	30,48	Artigos Quantitativos
	Empíria ↔ Teoria	46,60	Empíria
	Relação [Paradigma]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Neo-Inst. ↔ Comport.	4.92	Neo-Institucionalismo
	Neo-Inst. ↔ Teoria	9.54	Neo-Institucionalismo
	Comport. ↔ Teoria	4.62	Comportamentalismo
Perspectives on Politics	Relação [Método]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Qualitativo ↔ Quantitativo	19,37	Artigos Qualitativos
	Qualitativo + Teoria ↔ Quantitativo	64,44	Artigos Qualitativos
	Teoria ↔ Empíria	8	Teoria
	Relação [Paradigma]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Neo-Inst. ↔ Comport.	19.90	Neo-Institucionalismo
	Teoria ↔ Neo-Inst.	1.05	Teoria
Teoria ↔ Comport.	20.94	Teoria	

Com relação aos paradigmas, encontramos uma equivalência bem maior na APSR, que abre espaços bastante semelhantes para artigos comportamentalistas e neo-institucionalistas, assim como para artigos de Teoria Política. Na PoP, há uma ligeira pendência para os artigos neo-institucionalistas em relação aos comportamentalistas, mas um equilíbrio na relação entre artigos comportamentalistas e teóricos, assim como entre teóricos e neo-institucionalistas.

Enfim, a APSR privilegia artigos empíricos e quantitativos; a PoP, inversamente, prefere artigos teóricos e qualitativos. Contudo, na PoP a preferência por artigos teóricos não é tão distanciada em relação à proporção de artigos empíricos. O que mais distingue as duas revistas, no entanto, é a ênfase dada à quantificação, que é bastante maior na *American Political Science Review*. Mas, o mais importante é que em ambas as revistas não existe um único *paradigma hegemônico*, a despeito da maior ênfase ao neo-institucionalismo na *Perspectives on Politics*. Assim, é possível dizer que o Comportamentalismo e o Neo-Institucionalismo coexistem em grande equilíbrio no perfil editorial desses periódicos, que ainda dedicam espaço equivalente às discussões de Teoria Política. Isso aponto para um pluralismo das duas revistas no que se refere aos paradigmas, combinado com um dogmatismo de cada revista no que se refere ao método. Na PoP, o método predominante é o qualitativo; na APSR, o que predomina são os métodos quantitativos.

Discussão: Ambiguidade como Estratégia de Cooperação?

Os resultados apresentados na análise mostram que a mais importante revista da *American Political Science Association*, a *American Political Science Review*, acolheu em suas páginas não apenas um único *paradigma hegemônico*, mas dois paradigmas concorrentes, o Neo-Institucionalismo e o Comportamentalismo. Na APSR, portanto, não se observa a hegemonia do neo-institucionalismo em detrimento do comportamentalismo, como alegado pela literatura especializada; pelo contrário, ambos os paradigmas coexistem com igual importância, evidenciando um moderado grau de pluralismo epistemológico. De certo modo, esse pluralismo é até mais amplo, pois permitiu que um

terceiro tipo de abordagem também ocupasse um lugar de destaque nas edições da revista, os estudos sobre Teoria Política.

Além disso, nossos dados mostraram ainda que, quando se trata de pesquisas empíricas, a APSR foi um espaço de sinalização das abordagens quantitativas como o ideal científico a ser seguido. Em realidade, a preferência pela quantificação nesse tipo de análise indica que, apesar das divergências epistemológicas entre os paradigmas, foi possível estabelecer um ponto de convergência entre seus seguidores: a crença na superioridade científica das análises empíricas quantitativas. Essa convergência foi possível especialmente porque os adeptos desses dois paradigmas, cada qual a seu modo, valorizam sobremaneira a matematização da Ciência Política, seja pelo uso da Estatística ou pela construção de teorias formais.

Dessa forma, fazem todo o sentido os protestos dos “rebeldes”, representados pelo manifesto chamado “Mr. Perestroika”, que se levantaram no interior da comunidade em oposição à hegemonia da quantificação. Esse manifesto desencadeou um processo de contestações a partir de um *e-mail* subscrito com esse nome—e, não menos sugestivamente, com o sobrenome Glasnost— à direção da APSA e à editoria da APSR, em Outubro de 2000. Dentre outras perguntas trazidas pela mensagem, praticamente toda ela escrita na forma de perguntas, o assim chamado Mr. Perestroika Glasnost questionava a razão pela qual pesquisadores importantes e mundialmente reconhecidos não consideravam relevantes os encontros da APSA e nem as publicações da APSR. Perguntou ainda o porquê da não-publicação, na APSR, de artigos de comparativistas que fizeram estudos de área considerados relevantes. Por que, insistia, nenhum desses pesquisadores fizeram ou fazem parte da diretoria ou presidência da APSA? Por que toda a disciplina, que é tão diversa, vê-se representada e dominada somente por praticantes da Teoria dos Jogos? Mr. Perestroika concluiu, então, que isso ocorria porque a APSR representava os interesses acadêmicos de um, mas organizado e, portanto, poderoso grupo que controlava a APSA—um grupo ao qual ele chamou de “East Coast Brahmins”.

Essa missiva causou grande impacto, provocando um intenso debate que, em alguma medida, ainda está em curso, com episódios de maior ou menor exaltação. Seminários foram realizados, cursos foram organizados, assim como artigos e livros

sobre o tema foram publicados. Talvez um dos resultados mais palpáveis e relevantes desse *methodstreint* tenha sido a criação, pela APSA, de uma revista, digamos, “alternativa”. Em 2003, foi lançada a *Perspectives onPolitics*, com o objetivo de ser uma plataforma mais pluralista para as reflexões e as divulgações de pesquisas para os cientistas políticos. A revista seria mais aberta não apenas a diversos estilos de escrita, mas também às inovações temáticas, bem como a pesquisadores de outros países e às metodologiasdas mais variadas. Enfim, permitir-se-iam inovações fora do esquadro quantitativista e das premissas dos paradigmas já estabelecidos. Nesse caso, o maior acolhimento aos artigos de orientação qualitativa deveria ser a tônica, embora não fossem vetadas quaisquer publicações de viés quantitativo.

De fato, conforme mostramos na análise, a PoP abriu maior espaço para artigos que recorreram às técnicas qualitativas e privilegiou estudos históricos e teóricos. Embora tenha permitido uma proporção considerável de artigos que utilizaram técnicas quantitativas, o espaço dedicado às análise teorias formais com base em modelos matemáticos foi muito reduzido. A preferência no caso dos estudos quantitativos ficou restrita à matemática aplicada dosmodelos estatísticos.

Procedendo dessa maneira, a *American Political Science Association* parece ter recorrido a uma estratégia que poderíamos chamar de ambígua no que se refere à sua função acadêmica de sinalização dos valores científicos a serem seguidos pela comunidade. Olhadas em conjunto, as duas publicações poderiam dar uma sinalização “esquizofrênica”, pois cada qual abrigaria um ideal científico diferente e, em boa medida, divergente. A *American Political Science Reviews* sinalizouque as metodologias quantitativas eram as mais indicadas para as pesquisas científicas; e, ao mesmo tempo, as metodologias qualitativas também seriam aceitas como igualmente válidas nas páginas da *Perspectives onPolitics*. Esse tipo de estratégia pode até parecer incoerente para quem observa a APSR em busca de uma comunidade homogênea de cientistas em torno de um *paradigma hegemônico* e de uma metodologia consensual. Porém, do ponto de vista do “realismo político” necessário à manutenção da coesão comunitária, essa ambiguidade é o que parece permitir a “convivência pacífica” de sub-comunidades num contexto de heterogeneidade de valores científicos.

Se recorrermos ao modelo tipológico de conflito/cooperação no interior de uma comunidade científica que propusemos anteriormente, poderíamos fazer uma inferência lógica a partir desses dados relativos às publicações dessas duas revistas, de modo a supor uma hipótese explicativa para a dinâmica interna dos grupos que coexistem na APSA. Seria plausível supor, embora como hipótese a ser testada em estudos posteriores, que as sub-comunidades que convivem no interior da Associação Norte-Americana de Ciência Política lidam com o Tipo 3 ou o Tipo 4 de conflito/cooperação do modelo exposto no Quadro 1. Sem um grupo majoritário e com algum grau de fragmentação, que pode ser alto ou baixo—não temos elementos para a determinação dessa gradação—, as estratégias de cooperação que se mostraram disponíveis foram duas: [Tipo 3] a formação de uma coalizão majoritária ou [Tipo 4] algum acordo de tolerância mútua e coabitação, com partilha dos “meios de produção acadêmica”.

Uma segunda hipótese lógica para algum teste futuro poderia seguir a pista antecipada pelos dados analisados que indica que o Tipo 4 é o mais provável para explicar a evolução da APSA nesses últimos trinta anos. Isso porque a criação da PoP permitiu que, de uma parte, a APSA pudesse manter o mesmo perfil editorial da APSR, investindo na quantificação, e, de outra, tornou possível alguma distensão no interior da comunidade, ao permitir que artigos com perfis mais qualitativos, ensaísticos e com elevado grau de inovação temática pudessem ser publicados na nova revista, que passaria a ser “governada” pelos dissidentes. Para manter o controle da APSR, o “meio de produção” científica mais importante da APSA, os quantitativistas, tanto comportamentalistas como neo-institucionalistas, permitiram a criação de outro “meio de produção” científica, a PoP. Isso indica que, ao invés de uma coalizão, o que garantiu a cooperação foi a estratégia da “coexistência pacífica”, resultando no que parece ser uma ambiguidade dos valores daquela comunidade.

Essa ambiguidade consiste na combinação de pluralismo com dogmatismo. Como mostrado nos dados que analisamos, a APSA tem uma sinalização pluralista por meio de duas revistas que, em conjunto, acomodam metodologias, temas e abordagens variadas. Porém, quando analisamos cada revista separadamente, encontramos certo grau de dogmatismo metodológico nas duas: a APSR tem orientação quantitativa; a PoP tem

orientação qualitativa. Essa orientação mais qualitativa da PoP se justifica pelo necessário equilíbrio que a APSA se viu obrigada a promover em relação ao quantitativismo da APSR. Em outras palavras, para manter a elevada quantificação na *American Political Science Review*, foi inevitável a orientação qualitativa dada à revista *Perspectives on Politics*.

Portanto, para parecer pluralista e, ao mesmo tempo, manter o dogmatismo quantitativo da APSR, a *American Political Science Association* lançou uma revista com uma orientação também dogmática do ponto de vista metodológico, só que favorável às abordagens qualitativas. Assim, a estratégia da ambiguidade da APSA permite uma articulação de dogmatismo com pluralismo e, ao mesmo tempo, indica a existência de uma cooperação entre grupos cientificamente heterogêneos na forma de um “acordo de cavalheiros” para uma convivência com tensão reduzida em virtude de um compartilhamento dos “meios de produção acadêmica”, ou seja, suas principais revistas. Essa heterogeneidade interna de grupos com poder mais ou menos equivalente não apenas se expressa na forma de um pluralismo metodológico por meio de um dogmatismo contrabalançado entre as duas revistas, mas também pela coexistência de paradigmas.

Conclusão

Nossos dados mostraram que, ao contrário do que afirma a literatura especializada na história e na epistemologia da Ciência Política norte-americana, o Neo-Institucionalismo não é o paradigma hegemônico no contexto atual em nenhum dos dois periódicos. Não houve sequer o declínio tão pronunciado do paradigma comportamentalista a partir da década de 1990, como se afirma comumente. Pelo contrário, em ambas as revistas, o Neo-Institucionalismo e o Comportamentalismo aparecem com elevada equivalência nos artigos analisados. Além disso, encontramos também um espaço considerável para artigos de Teoria Política. Podemos então concluir que a Teoria Política tem importância semelhante aos artigos de orientação empírica e que, no caso dos artigos empíricos, os paradigmas neo-institucionalista e comportamentalista têm incidência semelhante.

Tudo isso mostra que a APSA, refletindo a comunidade da Ciência Política norte-

americana, é heterogênea, e essa diversidade de métodos e paradigmas é a base da formação de subcomunidades em seu interior. Se há uma identidade comum dos cientistas políticos, seja qual for, ela é confrontada o tempo todo com identidades mais específicas, relativas às crenças e aos valores científicos dos grupos que aderem a certo paradigma e a certa metodologia no âmbito de uma sub-comunidade. A manutenção da integridade da comunidade maior cobra o preço da adoção a algum grau de pluralismo e a crença no próprio pluralismo como um “valor sagrado” capaz de manter a coesão de algo tão diversos, mesmo que seja um pluralismo baseado na tolerância ao dogmatismo alheio e, do ponto de vista prática, na partilha negociada de espaços em revistas e encontros científicos.

Bibliografia

- ACHINSTEIN, Peter and BARKER, Stephen (1969). *The Legacy of Logical Positivism: Studies in the Philosophy of Science*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- ADCOCK, Robert and BEVIR, Mark (2005). “The History of Political Science”, *Political Studies Review*, 05, pp. 1-16.
- ALMOND, Gabriel (1990). *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. London: Sage.
- ARMSTRONG, D. (1973). *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AUDI, Robert (1998). *Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AYER, Alfred (1959). *Logical Positivism*. Glencoe: Free Press.
- BALL, T. (1976). “From Paradigms to Research Programs: Towards a Post-Kuhnian Political Science”, *American Journal of Political Science*, 20/01, pp. 151-177.
- BERGMANN, Gustav (1954). *The Metaphysics of Logical Positivism*. New York: Longmans Green.
- BERNDTSON, Erkki (1987). “The Rise and Fall of American Political Science:

Personalities, Quotations, Speculations”, *International Political Science Review*, 08/01, pp. 85-100.

BIRD, Alexander (2000). *Thomas Kuhn*. Princeton: Princeton University Press.

CAREY, Nessa (2012). *The Epigenetics Revolutions*. London: Icon.

CHISHOLM, Roderick (1977). *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

DAVIS, Paul and BROWN, Julian (Eds.) (1992). *Superstrings: A Theory of Everything?* Cambridge: Cambridge University Press.

DRYZEK, John (2006). “Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science”, *American Political Science Review*, 100/04, pp. 487-492.

EASTON, David (1985). “Political Science in the United States: Past and Present”, *International Political Science Review*, 06/01, pp. 133-152.

EASTON, David (1969). “The New Revolution in Political Science”, *American Political Science Review*, 63/04, pp. 1051-1061.

FLYVBJERG, Bent (2006). “A Perestroika Straw Man Answers Back: David Laitin and Phronetic Political Science”: In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.

FRIEDMAN, Michael (1999). *Reconsidering Logical Positivism*. Cambridge: Cambridge University Press.

FULLER, Steve (2000). *Thomas Kuhn: A Philosophical History for our Times*. Chicago: University of Chicago Press.

GIERE, Ronald and RICHARDSON, Alan (1997). *Origins of Logic Positivism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

GREENE, Brian (2003). *The Elegant Universe: Superstrings, Hidden Dimensions, and the Quest for the Ultimate Theory*. New York: W. W. Norton and Co.

HALL, P. and TAYLOR, R. (1996). “Political Science and the Three New Institutionalisms”, *Political Studies*, 44/05, pp. 936-957.

HOCHSCHILD, Jennifer (2003). “Editor’s Note: Introduction and Observations”, *Perspectives on Politics*, 01/01, pp. 01-04.

HOYNINGEN-HUENE, Paul (1993). *Reconstructing Scientific Revolutions: Thomas Kuhn’s Philosophy of Science*. Chicago: University of Chicago Press.

IMMER GUT, Ellen (1998). “The Theoretical Core of the New Institutionalism”, *Politics and Society*, 26/01, pp. 5-34.

- JABLONKA, Eva and LAMB, Marion (2005). *Evolution in Four Dimensions: Genetics, Epigenetics, Behavioral, and Symbolic Variation in the History of Life*. Cambridge: MIT Press.
- JACKSON, Patrick (2006). “A Statistician Strikes Out: In Defense of Genuine Methodological Diversity”; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- KATO, Junko (1996). “Institutions and Rationality in Politics: Varieties of Neo-Institutionalists”, *British Journal of Political Science*, 26/04, pp. 553-582.
- KRAFT, Victor (1953). *The Vienna Circle: The Origin of Neo-Positivism*. New York: Greenwood Press.
- KUHN, Thomas (2009). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Lisboa: Guerra e Paz.
- MARCH, James and OLSEN, Joan (2008). “Neo-Institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política”, *Revista de Sociologia e Política*, 16/31, pp. 121-142.
- _____ (2006). “Elaborating the New Institutionalism”; In: RHODES, A; BINDER, S. and ROCKMAN, B. (Eds.), *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press.
- MARSH, David and SAVIGNY, Heather (2004). “Political Science as a Broad Church: The Search for a Pluralist Discipline”, *Politics*, 24/03, pp. 155-168.
- MILLER, Gary (1997). “The Impact of Economics on Contemporary Political Science”, *Journal of Economic Literature*, 35/03, pp. 1173-1204.
- MISES, Richard von (1951). *Positivism: A Study in Human Understanding*. Cambridge: Harvard University Press.
- NØRGAARD, Sonne (1996). “Rediscovering Reasonable Rationality in Institutional Analysis”, *European Journal of Political Research*, 29/01, 31-57.
- PERES RANSANZ, A. (1999). *Kuhn y el Cambio Científico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PERES, Paulo (2008). “Comportamento ou Instituições? □ A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, No. 68, pp. 53-72.
- PETERS, Guy (1999). *Institutional Theory in Political Science: □ The New Institutionalism*. London: Continuum. [Caps. 2 e 3] [Xerox]
- POLCHINSKI, Joseph (1998). *String Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

- POLSBY, Nelson (1998). "Social Science and Scientific Change: A Note on Thomas Kuhn's Contribution", *Annual Review of Political Science*, 01, pp. 199-210.
- POPPER, Karl (1974). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix.
- _____(1980). *Conjecturas e Refutações: Pensamento Científico*. Brasília: UnB.
- _____(1999). *Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- RICHARD, Francis (2012). *Epigenetics: How Environment Shapes our Genes*. New York: W. W. Norton and Co.
- _____(2011). *Epigenetics: The Ultimate Mystery of Inheritance*. New York: W. W. Norton and Co.
- RIKER, William (1980). "Implications from the Disequilibrium of Majority Rule for the Study of Institutions", *American Political Science Review*, pp. 432-446.
- _____(1990). "Political Science and Rational Choice"; In: ALT, James and SHEPHERD, Kenneth (Eds.), *Perspectives on Positive Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____(1977). "The Ferment of the 1950s and the Development of Rational Choice Theory"; In: MOROE, Kristen (Ed.), *Contemporary Empirical Political Theory*. Berkeley: University of California.
- SCHRAM, Sanford and CATERINO, Brian (Eds.) (2006^a). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- _____(2006^b). "Introduction: Reframing the Debate"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- SCHRAM, Stanford (2006). "Return to Politics: Perestroika, Phronesis, and Post-Paradigmatic Political Science"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- SCHWARTZ-SHEA, P. (2006). "Conundrums in the Practice of Pluralism"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- SIL, Rudra (2004). "Problems Chasing Methods or Methods Chasing Problems? Research Communities, Constrained Pluralism, and the Role of Eclecticism"; In:

SHAPIRO, I.; SMITH, R. and MASOUD, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

SHAPIRO, Ian (2004). "Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or: What's Wrong with Political Science and what to do About it"; In: SHAPIRO, I.; SMITH, R. and MASOUD, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

SHAPIRO, Ian; SMITH, Rogers and MASOUD, Tarek (2004). "Introduction: Problems and Methods in the Study of Politics"; In: SHAPIRO, I.; SMITH, R. and MASOUD, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

THIELE, Leslie (2006). "Making Intuition Matter"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.

TRUMAN, David (1965). "Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline", *American Political Science Review*, 58/04, pp. 865-873.

WAHLKO, John (1978). "Pre-Behavioralism in Political Science", *The American Political Science Review*, 73/01, pp. 09-31.